

ATA NÚMERO 35/XV/1.^a SL

Aos 22 dias do mês de fevereiro de 2023, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 5, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

Audiência à Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ), sobre o modelo de financiamento e os indispensáveis ajustes dos diplomas que regulam a atividade jornalística.

II PARTE

1. Informações;
2. Apreciação e votação da ata da reunião de 14 de fevereiro de 2023;
3. [Projeto de resolução n.º 470/XV/1.^a](#) (BE) - Recomenda ao Governo a classificação do parque das gerações como equipamento de interesse público:

Discussão em Comissão ou em Plenário?

4. Fixação da redação final da [Proposta de lei n.º 52/XV/1.^a \(GOV\)](#) - Autoriza o Governo a legislar em matéria de direito de autor e direitos conexos no mercado único digital, transpondo a Diretiva (UE) 2019/790;
5. Apreciação e votação do parecer do [Projeto de lei n.º 539/XV/1.^a](#) (CH) - Procede à quinta alteração à Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, que estabelece o regime jurídico da segurança e combate ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos:

Deputado Relator: Francisco Dinis (PS)

6. Apreciação e votação do parecer do [Projeto de lei n.º 545/XV/1.ª](#) (PCP) - Procede à quinta alteração à Lei n.º 39/2009, de 30 de junho, eliminando as zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos:

Deputada Relatora: Cristiana Ferreira (PSD)

7. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, solicitando a realização de um conjunto de audições a entidades do sector da comunicação social, tendo em vista a análise e uma reflexão sobre a atividade reguladora da ERC;

8. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, solicitando a audição dos Conselheiros da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), sobre a eliminação do nome do Professor Mário Mesquita da capa da edição do livro *Desinformação, Contexto Nacional e Europeu*;

9. Discussão do [projeto de resolução n.º 436/XV/1.ª](#) (PSD) - Recomenda ao Governo que proceda à elaboração e implementação do Plano Estratégico do Cinema e do Audiovisual;

10. Apreciação e votação do [projeto de voto n.º 263/XV/1.ª](#) (CH) - De congratulação aos atletas portugueses medalhados no Campeonato da Europa de Ciclismo de Pista;

11. Apreciação e votação do [Projeto de voto n.º 264/XV/1.ª](#) (PSD) – De saudação pela celebração do 100.º aniversário da Casa do Alentejo;

12. Outros assuntos.

I PARTE

Audiência à Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ), sobre o modelo de financiamento e os indispensáveis ajustes dos diplomas que regulam a atividade jornalística

Dando início à reunião, a Senhora Deputada Carla Sousa (PS), em substituição do Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, deu as boas-vindas à Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ), Licínia Girão, Jacinto Godinho e Paulo Ribeiro, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra a Licínia Girão para fazer uma intervenção inicial que pode ser consultada na [página da Comissão](#).

De seguida, usaram da palavra os Senhores Deputados Carla Madureira (PSD), Rosário Gamboa (PS), Jorge Galveias (CH) e Paula Santos (PCP), após o que a Comissão da Carteira Profissional de Jornalista respondeu às questões colocadas, podendo algumas delas ser consultadas na [página da Comissão](#).

Não havendo mais inscrições, a Senhora Presidente em exercício deu por encerrada a audiência.

A [audiência](#) foi gravada em vídeo, constituindo a respetiva gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

II PARTE

1. Informações

Dando início à II parte da OD, a Senhora Presidente em exercício deu conta de dois pedidos de audiência entrados na Comissão: o do Sindicato dos Jornalistas para analisar a situação atual do jornalismo em Portugal e o da Federação Nacional dos Estudos Europeus (FNEE), com o objetivo de estabelecer uma ligação de cooperação com a 12.^a Comissão Parlamentar.

2. Apreciação e votação da ata da reunião de 14 de fevereiro de 2023

Uma vez submetida a votação, a ata foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência dos Grupos Parlamentares da IL, do PCP e do BE.

De seguida, a Senhora Deputada Rosário Gamboa (PS) pediu a antecipação da discussão dos pontos 5 e 6 da OD, o que mereceu o acolhimento de toda a Comissão.

5. Apreciação e votação do parecer do [Projeto de lei n.º 539/XV/1.ª](#) (CH) - Proceda à quinta alteração à Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, que estabelece o regime jurídico da segurança e combate ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos

O Senhor Deputado Relator Francisco Dinis (PS) fez a apresentação do parecer, após o que o mesmo foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares da IL, do PCP e do BE.

6. Apreciação e votação do parecer do [Projeto de lei n.º 545/XV/1.ª](#) (PCP) - Proceda à quinta alteração à Lei n.º 39/2009, de 30 de junho, eliminando as zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos

A Senhora Deputada Cristiana Ferreira (PSD) fez a apresentação do parecer, após o que o mesmo foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares da IL, do PCP e do BE.

3. [Projeto de resolução n.º 470/XV/1.ª](#) (BE) - Recomenda ao Governo a classificação do parque das gerações como equipamento de interesse público

Não estando presente o Grupo Parlamentar do BE, a Senhora Presidente em exercício solicitou aos serviços de apoio da Comissão que questionassem a Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) no sentido de saber se esta iniciativa seria discutida em Comissão ou em Plenário.

4. Fixação da redação final da [Proposta de lei n.º 52/XV/1.ª](#) (GOV) - Autoriza o Governo a legislar em matéria de direito de autor e direitos conexos no mercado único digital, transpondo a Diretiva (UE) 2019/790

A Senhora Deputada Rosário Gamboa (PS) pediu a palavra para transmitir que a redação final proposta pela DAPLEN merecia a concordância do Grupo Parlamentar do PS, exceto quanto ao seguinte:

Artigo 2.º, alínea h):

A versão correta é a que consta da proposta de lei inicia l: «proporcionada» e não «proporcional»

Artigo 2.º, alínea p), ponto i):

Embora se perceba a intenção de correção do ponto de vista estritamente linguístico, importa sublinhar que se trata de um texto jurídico e que «colocação à disposição do público» é um conceito jurídico jus autoral.

Assim, sugere-se: «Passar a abranger os atos de colocação à disposição do público ilegítima»

Após uma breve apreciação deste ponto, as sugestões apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS foram acolhidas por toda a Comissão, tendo sido assim fixada a redação final por unanimidade, com as alterações apresentadas.

7. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, solicitando a realização de um conjunto de audições a entidades do sector da comunicação social, tendo em vista a análise e uma reflexão sobre a atividade reguladora da ERC

O Senhor Deputado Alexandre Poço (PSD) fez a apresentação do requerimento afirmando que de forma a alcançar o seu objetivo primordial, a regulação e supervisão de todas as entidades que prossigam atividades de comunicação social em Portugal, a ERC foi constituída como uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio, com natureza de entidade administrativa independente.

Disse que, terminado mais um mandato de cinco anos dos membros do Conselho Regulador da ERC, e estando prevista a nomeação dos novos membros para o próximo quinquénio, importa fazer uma análise aprofundada sobre o exercício deste órgão regulador, identificando os pontos fortes e os pontos fracos, bem como refletindo sobre a sua missão, incluindo perspetivar atuações futuras mais consentâneas com os desafios que atualmente se colocam a esta entidade.

Nessa medida, o Grupo Parlamentar do PSD considera ser importante proceder a um conjunto de audições, com o objetivo de analisar esta experiência de regulação, bem como recolher contributos tendentes a aperfeiçoar o desempenho da ERC, propondo ouvir em audição os membros do Conselho Regulador da ERC em exercício, o Conselho Administração da RTP, a Associação Portuguesa de Imprensa, a Associação Portuguesa de Radiodifusão, a Plataforma de Media Privados, a Associação das Rádios de Inspiração Cristã e Associação de Imprensa de Inspiração Cristã e o Prof. Doutor João Nuno Calvão da Silva - Faculdade de Direito de Coimbra.

A Senhora Deputada Rosário Gamboa (PS) usou da palavra para sublinhar que a 6 de dezembro o Conselho Regulador já foi ouvido em audição pela 12.^a Comissão, tendo, inclusivamente, a Senhora Deputada Fernanda Velez (PSD) perguntado ao Conselho Regulador se tinha alguns contributos a dar em termos da sua própria experiência, coisa relativamente à qual foi omissa, como o interpelou sobre um conjunto de denúncias, que ela própria classificou como gravosas, sobre questões de assédio moral, de não avaliação dos funcionários, assim como outros problemas de funcionamento que tinham a ver com a falta de transparência, quer em procedimentos administrativos quer em comunicações. Durante essa audição o Presidente da ERC, Sebastião Póvoas, não esclareceu nem mostrou nenhuma abertura para as esclarecer. Perante isto, questionou como é que o PSD quer que um Conselho Regulador que tem problemas e que não demonstrou capacidade para os esclarecer seja agora quem vai decidir como é que deve ser reorganizada a ERC.

Lembrou também que foi aprovado, a 11 de janeiro, em sede da 12.^a Comissão um requerimento do Grupo Parlamentar do PSD para a realização de uma conferência parlamentar sobre a comunicação social em Portugal e os seus desafios e soluções. Assim sendo, o Grupo Parlamentar do PS entende que esta questão deve ser levantada em lugar próprio, porque não se começa a construção de uma casa pelo telhado mas, sim, por baixo.

Não havendo mais inscrições, o requerimento foi submetido a votação, tendo sido rejeitado, com votos contra do Grupo Parlamentar do PS e votos a favor dos Grupos Parlamentares do PSD, do CH e da IL.

8. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, solicitando a audição dos Conselheiros da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), sobre a eliminação do nome do Professor Mário Mesquita da capa da edição do livro *Desinformação, Contexto Nacional e Europeu*

Usou da palavra para apresentar o requerimento a Senhora Deputada Rosário Gamboa (PS), que afirmou que já se passaram três semanas desde que foi tornado público que o Magistrado Sebastião Póvoas, Presidente da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), decidiu retirar o nome do Professor Mário Mesquita da capa da edição do livro intitulado *Desinformação, Contexto Nacional e Europeu*, obra coordenada pelo jornalista, e na qual trabalhava quando faleceu em maio de 2022. Seguiram-se duas semanas de reações, tão naturais quanto indignadas, que correram entre o espanto e a incredulidade. O Professor Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República, viu o ato «com estranheza», considerando-o «ofensivo da memória de alguém que tanto deu à democracia, à liberdade de imprensa e à ERC, muito do seu melhor em vida». O antigo presidente da República, General Ramalho Eanes, afirmou ser esta uma «humilhação *post mortem*», considerando que ela atentava «contra o inexcusável legado de Mário Mesquita e contra a dignidade do seu caráter».

Recordou que se sucedeu uma nota de repúdio assinada por mais de 500 jornalistas, professores universitários e investigadores, que manifestaram igual indignação e perplexidade pela retirada do nome do professor da capa do livro, o que parece não ter comovido o Presidente da ERC que declarou entender os protestos como um «espetáculo de circo mediático de uma questão que não tem relevância nenhuma».

Passado todo este tempo, esta Assembleia não tomou conhecimento público de que a direção da ERC tenha chamado a si algum processo de reflexão sobre esta matéria, continuando assim a desconhecer-se a posição dos restantes membros do órgão colegial que é o conselho regulador da ERC, nem tomou conhecimento de qualquer ponderação no sentido de recuar numa posição que claramente atenta contra a memória do Professor Mário Mesquita e contra o seu legado profissional.

Assim, o Grupo Parlamentar do PS requer a audição dos Conselheiros da ERC para um cabal esclarecimento desta matéria, e caso seja possível, para a reparação deste agravo feito à memória do professor Mário Mesquita.

O Senhor Deputado Alexandre Poço (PSD) referiu que o Grupo Parlamentar do PSD não acompanha qualquer tipo de iniciativa de fazer apreciações depois da morte sobre aquilo que foi a decisão do atual Presidente da ERC.

E sobre o requerimento do Grupo Parlamentar do PS, e tendo em conta aquilo que deve ser o âmbito da atividade da 12.^a Comissão, o Grupo Parlamentar do PSD entende que não há qualquer escopo para se fazer uma audição sobre o assunto em apreço e daí não viabilizar o requerimento apresentado.

Não havendo inscrições, o requerimento foi submetido a votação, tendo sido aprovado, com os votos a favor dos Grupos Parlamentares do PS e da IL e os votos contra dos Grupos Parlamentares do PD e do CH.

9. Discussão do [projeto de resolução n.º 436/XV/1.ª](#) (PSD) - Recomenda ao Governo que proceda à elaboração e implementação do Plano Estratégico do Cinema e do Audiovisual

O Senhor Deputado Alexandre Poço (PSD) disse que a iniciativa apresentada tem a ver com o facto de o último Plano Estratégico do Cinema e do Audiovisual ser datado de 2014/2018.

Referiu que na audição regimental que teve lugar em janeiro de 2023 teve oportunidade de questionar o Senhor Ministro da Cultura sobre o estudo encomendado em 2020 a uma consultora britânica da área da produção cinematográfica, sendo certo que seria com base nas recomendações feitas por essa consultora se iria depois elaborar um novo plano estratégico para o período de 2021-2025.

Referiu que estamos em fevereiro de 2023 e ainda não se conhece esse estudo que devia estar concluído há já muito tempo e divulgado publicamente em 2021, facto esse que levou o Grupo Parlamentar do PSD a questionar o Senhor Ministro da Cultura na referida audição regimental e a apresentar um requerimento a solicitar a divulgação do tal estudo pago pelos contribuintes

portugueses, tendo na altura o Parlamento sido informado de que esse estudo iria ser disponibilizado brevemente, o que não veio a acontecer.

Concluiu afirmando que, nesse sentido, vem agora o Grupo Parlamentar do PSD recomendar ao Governo a elaboração e implementação do Plano Estratégico do Cinema e do Audiovisual no mais curto espaço de tempo.

A Senhora Deputada Mara Lagriminha Coelho (PS) começou por agradecer ao Grupo Parlamentar do PSD a iniciativa apresentada, que proporciona fazer uma apreciação dessa questão em sede de Comissão.

Para o Grupo Parlamentar do PS é manifesta e objetiva a relevância do Plano Estratégico do Cinema e do Audiovisual, sendo também fatural o que tem sido feito nos últimos anos pelo Governo ao nível das políticas públicas, com uma forte aposta no reforço de verbas, o que tem colocado os profissionais deste sector no radar internacional. O trabalho feito no nosso país na área do cinema e do audiovisual é reconhecido pela sua qualidade, o que se deve à capacidade e resiliência dos produtores, realizadores, argumentistas e atores portugueses.

Sublinhou que para o Grupo Parlamentar do PS a área do cinema e do audiovisual é um ativo positivo para a economia interna, para a valorização do sector e para a imagem externa do nosso país, mas que considera esta iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD extemporânea porque o Governo está já a trabalhar nessa matéria e a concluir o referido Plano.

O Senhor Deputado Jorge Gaveias (CH) referiu que a Sétima Arte é um dos maiores veículos da promoção cultural de uma nação e que não se compreende a fraca aposta no cinema e na produção audiovisual que é feita no nosso país. A primazia deve ser dada à produção de conteúdo em língua portuguesa.

Desde 2018 que não existe um Plano Estratégico do Cinema e do Audiovisual e em 2020 foi o próprio ICA a recomendar a elaboração de um plano estratégico para o período de 2021-2025, o que até agora ainda não aconteceu, pelo que o Grupo Parlamentar do CH acompanhará a iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A Senhora Deputada Patrícia Gilvaz (IL) disse que em 2018 o Governo assumiu o compromisso de elaboração do Plano Estratégico do Cinema e do Audiovisual e que se fixava em 5 anos. Até ao presente o Governo limitou-se, pois, a encomendar a uma consultora inglesa a elaboração desse plano, mas a verdade é que até hoje nada sabemos.

Nesse sentido, o Grupo Parlamentar da IL irá viabilizar a iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

10. Apreciação e votação do [projeto de voto n.º 263/XV/1.ª](#) (CH) - De congratulação aos atletas portugueses medalhados no Campeonato da Europa de Ciclismo de Pista

O Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) fez a apresentação do projeto de voto, após o que a Senhora Deputada Rosário Gamboa (PS) propôs que este fosse um voto de toda a Comissão, o que foi aceite por todos.

Uma vez submetido a votação, o projeto de voto foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e do BE.

11. Apreciação e votação:

- [Projeto de voto n.º 264/XV/1.ª](#) (PSD) – De saudação pela celebração do 100.º aniversário da Casa do Alentejo;
- [Projeto de voto n.º 266/XV/1.ª](#) (PS) - De saudação pela celebração do 100.º aniversário da Casa do Alentejo;

A Senhora Deputada Rosário Gamboa (PS) pediu o adiamento deste ponto.

12. Outros assuntos

Não havendo mais assuntos, a reunião foi encerrada às 12 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 de fevereiro de 2023

Pelo Presidente da Comissão,



(Carla Sousa)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Pedro Faria (PS)
Carla Sousa (PS)
Francisco Dinis (PS)
Mara Lagriminha Coelho (PS)
Maria João Castro (PS)
Miguel Matos (PS)
Pompeu Martins (PS)
Rosário Gambôa (PS)
Sara Velez (PS)
Tiago Soares Monteiro (PS)
Alexandre Poço (PSD)
Carla Madureira (PSD)
Cláudia Bento (PSD)
Dinis Ramos (PSD)
Fernanda Velez (PSD)
Guilherme Almeida (PSD)
Inês Barroso (PSD)
João Prata (PSD)
Jorge Galveias (CH)
Patrícia Gilvaz (IL)
Paula Santos (PCP)
Cristina Sousa (PS)
Cristiana Ferreira (PSD)
Firmino Marques (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Bruno Aragão (PS)
Luís Graça (PS)



Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

Joana Mortágua (BE)